

Diretrizes e execução orçamentária da USP: transparência em perspectiva?

Em 24/7/2014, ainda durante a greve, a Reitoria encaminhou às unidades, para “conhecimento e encaminhamento de eventuais sugestões” (por meio do ofício Circ./SG/COP/64 IMPV/jls) um primeiro documento preliminar de “Diretrizes Orçamentárias da USP para 2015” (<http://bit.ly/1wuVBnx>), fixando o prazo para que as sugestões das unidades fossem encaminhadas até 29/8 e esclarecendo que, após os procedimentos de discussão, a deliberação a respeito será tomada em reunião do Conselho Universitário (Co) marcada para 9/12. Em 28/8, a Secretaria Geral prorrogou a data para as sugestões das unidades para 23/9.

A necessidade de transparência quanto aos diferentes itens de receita e de despesas na previsão orçamentária da USP, em especial na execução dos orçamentos em cada ano, sempre esteve presente nas pautas da Adusp e ganhou destaque durante a greve, diante do indiscutível descontrole havido na gestão J.G. Rodas e do modo pelo qual a gestão M.A. Zago procurou se aproveitar deste descontrole na tentativa de não reajustar os salários, o que só foi revertido pela constância de acompanhamento e pela capacidade analítica e propositiva do movimento que conduziu a greve.

Contudo, se o movimento foi vitorioso em rechaçar o arrocho salarial, além de demonstrar e conseguir a adesão do Cruesp ao entendimento de que são necessários um maior percentual de repasse de recursos do Estado para o financiamento das universidades e a mudança no teto salarial em vigor, o embate pela conquista da transparência permanece na ordem do dia — e precisa estar em evidência quando entram na pauta as diretrizes orçamentárias da USP para 2015.

TABELA 1

Ano	USP: Outros Custeios e Investimento (em R\$ milhões)					IPCA	Valor Atualizado de (1) R\$ milhões de out/14
	Outros Custeios	Investimento	Total (1)	Repasse de ICMS (2)	(1)/(2) em %		
2008	--	--	283 ¹	2.831	10,0	1,3797	317,3
2009	275	95	370	2.909	12,7	1,3227	489,4
2010	364	105	469	3.383	13,9	1,2489	585,7
2011	495	116	611	3.716	16,4	1,1726	716,5
2012	498	237	735	3.957	18,6	1,1079	814,3
2013	649	365	1.014	4.343	23,3	1,0461	1.060,7
Jan - Set/14	--	--	432,9 ²	3.259	13,3	1,0000	432,9
						total	4.416,9

1. Estimativa (conservadora) de 10% do total de recursos fiscais da USP em 2008.

2. Estimativa = (9/12) dos R\$ 577,19 milhões que consta da p. 6 do orçamento aprovado pelo Co em 2/14.

Durante a data-base muito se discutiu sobre o percentual de comprometimento dos recursos repassados pelo Tesouro estadual provenientes do ICMS com a folha de pagamentos, em especial o comprometimento acumulado mês a mês, nos termos calculados pela planilha do Conselho de Reitores (Cruesp), no regime de fluxo de caixa e que se refere apenas ao exercício fiscal de cada ano, ou seja: não incorpora dados sobre o que eventualmente foi poupado pela universidade em anos anteriores, nos períodos em que o comprometimento com a folha de pagamentos tenha permanecido em percentuais razoáveis.

“Outros custeios...” Em outras palavras: o comprometimento, nos termos adotados na “planilha Cruesp”, não guarda memória do processo de composição das “reservas financeiras” e oculta que o comprometimento acumulado com salários ao longo dos anos ainda permanece bem abaixo de 100% (aguarde detalhamento nas próxi-



mas publicações da Adusp). Além disso, a “planilha Cruesp” não traz qualquer informação sobre o que foi executado nos demais itens orçamentários que não correspondam à folha de pagamentos, que são agrupados na alínea genérica “outros custeios e investimentos”, ou OC&I.

Os dados da Tabela 1 mostram que a soma da alínea genérica OC&I dos orçamentos de 2008 a 2013 re-

sulta, em valores atualizados pelo IPCA, no montante de R\$ 4,42 bilhões! Ou seja, o volume de recursos que correspondem a cada ano a mais de 10% dos repasses do ICMS e sobre os quais não são divulgadas informações precisas: não há detalhamento dos itens que os compõem, nem, ainda menos, qualquer dado quanto ao montante gasto mês a mês ou quanto aos totais acumulados a cada ano. Nossa fonte para os anos 2009 a 2013 é o documento “Conjunto de Informações Financeiras para o Co”, apresentado pela Comissão de Orçamento

e Patrimônio (COP) em 25/2/14.

Outro item sobre o qual é preciso lançar luz são as receitas próprias da universidade, ou RP, que se encontram discriminadas na Tabela 2 (vide p.2). A fonte para os anos 2009 a 2013 são as respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

Também aí, a cada ano a partir de 2008, esse item que somado aos

continua na p. 2

Assembleia Geral da Adusp 13/11, quinta-feira, 17 horas Auditório • A5 do IGC

Ações judiciais: 1) Contra resolução 4.224 e 2) Pelo afastamento de vantagens pessoais no teto salarial • Delegação para o 34º Cong. Andes-SN

continuação da capa.

TABELA 2

Ano	Receitas Próprias da USP (em R\$ milhões)			IPCA	Valor Atualizado
	Valor (A)	Repasso de ICMS (B)	A/B em %		Em R\$ de out/14
2008	210	2.831	7,4	1,3797	290
2009	242	2.909	8,3	1,3227	319
2010	306	3.383	9,1	1,2489	382
2011	336	3.716	9,1	1,1726	394
2012	383	3.957	9,7	1,1079	424
2013	420	4.343	9,7	1,0461	439
Jan-Set/14 ¹	317	3.259	9,7	1,0000	317
				total	2.566,3

1. (10/12) do total de R\$ 422,1 milhões aprovados no Co de 2/14.

repasses do ICMS irá compor o orçamento da USP corresponde a percentuais que se situam entre 7,4% e 9,7% dos repasses do ICMS, totalizando em valores atualizados (IPCA) no período 2008-setembro de 2014 a quantia de R\$ 2,57 bilhões; também sobre tais valores os orçamentos de cada ano só trazem informações genéricas, sem qualquer detalhamento de sua repartição por unidades e órgãos, vinculação ou administração via convênios/projetos com entidades privadas; estão ausentes, igualmente, dados referentes aos montantes arrecadados mês a mês e aos totais acumulados no ano.

A Tabela 1 mostra que o item OC&I cresceu progressivamente a partir de 2008 (R\$ 317,3 milhões em valor atualizado) até atingir o equivalente a 23,3% do repasse do ICMS no último ano da gestão Rodas: 2013. A quais despesas foram destinados esses recursos em 2013 (R\$ 1 bilhão!?) e nos demais anos até 2014? Qual parcela teria sido destinada às tantas obras espalhadas pelo campus, sobre as quais não se tem notícia de terem sido aprovadas com as devidas formalidades? A quais itens diriam respeito as alíneas de “restos a pagar de 2013” (R\$ 417 milhões) e “obras em andamento” (R\$ 192 milhões), assim referidas no orçamento de 2014 aprovado pelo Co em fevereiro e que, juntas, correspondem a R\$ 609 milhões?

A lei? Ora, a lei...! A resistência da Reitoria à reivindicação de abrir de fato o caixa da universidade, tornando de domínio público os dados brutos das diferentes alíneas das receitas e despesas do orçamento da universidade, fica evidente quando, até agora, sequer respondeu ao Of. Adusp 019/2014, de 10/7/2014 (<http://bit.ly/1wqmmKx>), que solicita justamente o detalhamento destas e de outras alíneas do orçamento aprovado pelo Co para 2014, a despeito de o ofício estar fundamentado na Lei Federal 12.527 (“Lei de acesso à informação”), de 18/11/2011, regulamentada neste Estado pelo Decreto 58.052/12. Des-

taque-se que, nos termos desses dispositivos legais, o solicitado deveria ser atendido de imediato!

No entanto, em 9/9/2014 o Departamento de Finanças da USP encaminhou para as unidades esclarecimentos em relação à proposta de Diretrizes Orçamentárias para 2015, dos quais consta o seguinte trecho:

“A novidade da proposta de Diretrizes Orçamentárias em discussão é que **a receita própria de cada unidade deverá ser estimada assim como sua aplicação (despesas) durante o exercício de 2015.** Essas previsões, a serem elaboradas pelas unidades e incorporadas no ‘Anexo III’, farão parte da peça orçamentária da USP.

Isso se deve à **necessidade de conferir maior transparência no que se refere à Receita Própria, por causa de uma demanda crescente por essas informações, inclusive por parte do Tribunal de Contas**” (destaques nossos).

O mesmo documento oficial orienta como detalhar os itens da dotação básica das unidades, indicando a discriminação de overheads de cursos de especialização, taxas de projetos, receitas decorrentes de cursos de extensão/especialização (vinculadas à execução de tais cursos e projetos ou não [sic!]), receitas de convênios etc. No entanto, nenhum apontamento para o maior detalhamento das OC&I, em especial no que diga respeito à sua repartição por unidades e órgãos da administração central ou especificação com relação às obras às quais se destinem.

Talvez esse seja um primeiro e tímido passo na perspectiva de se avançar em direção à tão almejada e legalmente sacramentada obrigação de transparência prevista para a administração pública, seara na qual a universidade pode e deve ser um polo de referência. A conquista deste patamar, no entanto, depende de maior engajamento de toda a comunidade nessa luta, o que passa por atribuir a devida atenção para a compreensão do Orçamento e a discussão a seu respeito, ora em pauta.

Política de segurança da USP é debatida em seminário aberto

A Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária organizou, em 20/10, o primeiro seminário com a Guarda Universitária (GU) aberto à comunidade. Modelos de segurança adotados pela USP e por outras universidades foram debatidos,



tendo como base o texto “Segurança no campus: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras”, escrito por Viviane Oliveira Cubas, Renato Alves, Denise Carvalho, Ariadne Natal e Frederico Castelo Branco, pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV). Ariadne e Frederico compareceram para apresentar a pesquisa, assim como a superintendente, professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer.

O debate lotou a sala do Co, contando com professores, funcionários, estudantes e guardas universitários de diversos campi. A ideia é que outros seminários ocorram mensalmente, em especial para discutir as propostas de segurança apresentadas em dezembro pela superintendente Ana Lúcia, para os próximos três anos da gestão Zago.

Dentre as propostas já trazidas por ela estão a criação de um conselho consultivo que conte com a participação da comunidade e de um conselho deliberativo formado prioritariamente pela GU. Outras propostas estão sendo elaboradas por um grupo de trabalho externo à GU, formado por docentes.

Polícia comunitária. Foi a partir dos debates gerados pela morte do estudante da FEA, Felipe Ramos de Paiva, em 2011, e da decisão do reitor J.G. Rodas de assinar o polêmico convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado para aumentar a presença da Polícia Militar (PM) dentro do campus, que o estudo apresentado no seminário começou a ser desenvolvido.

Os pesquisadores se preocuparam com a implementação de um modelo de segurança em ambiente universitário. Para tanto, estudaram os modelos adotados pelas universidades de Toronto, de Chicago, de Warwick e pela Universidade Nacional da Colômbia, levando em

consideração as semelhanças e diferenças entre os campi dessas universidades em relação aos da USP. O modelo que os pesquisadores acharam mais adequado foi o da polícia comunitária, adotado por várias universidades.

Atualmente, a segurança na cidade universitária é feita por 55 guardas (apenas uma mulher), distribuídos por três turnos. Os turnos da noite e do fim de semana possuem menor número de guardas. A GU é auxiliada por seguranças terceirizados e pela PM, que atua no campus com uma base comunitária e duas motocicletas (Rocam).

Pequeno efetivo. Das 84 câmeras de segurança, nenhuma está em funcionamento. A principal dificuldade apontada por Ana Lúcia para qualquer reformulação da GU é o pequeno efetivo, que não recebe treinamento há 10 anos. Novas contratações estavam previstas, mas foram cortadas devido à contenção de despesas.

Com base na apresentação, alguns dos presentes fizeram questionamentos e sugestões aos pesquisadores, mas principalmente à superintendente. O guarda universitário José Augusto Tonhá da Costa, que atua na EACH, falou da necessidade de investimento em novas tecnologias: “Em segurança, tudo é possível. A segurança hoje em dia é feita através de tecnologia. Na Universidade de São Paulo, a segurança só vai ser resolvida não se blindando o campus, mas instalando dispositivos e criando uma cultura tecnológica”.

Maria, estudante do 5º ano da Filosofia, acredita que assim como a universidade é elitista a política de segurança implementada por ela também será. “A política de segurança da USP é sim uma segregação de raça e classe, assim como a atuação da Polícia Militar”, disse. “A violência contra a mulher é institucionalizada na Universidade de São Paulo”.

Diretor do IB renuncia. Plenária propõe adiar eleição do novo diretor e convoca consulta

O Instituto de Biociências (IB) poderá eleger novo diretor em 6/11 ou data próxima. O antigo diretor, professor Carlos Falavigna da Rocha, deixou oficialmente o cargo em 18/10, data em que foi publicada no Diário Oficial do Estado portaria do reitor declarando “cessados, a pedido”, os efeitos da sua designação. Em 3/10 fora divulgada uma “Carta Aberta” a ele dirigida por uma plenária da comunidade do IB, realizada nos dias 19 e 22/9, na qual foram criticadas as atitudes autoritárias que ele teria cometido durante o movimento de greve e pedida a sua saída.

É possível que a manifestação da comunidade não tenha relação direta com a saída de Rocha ou não seja sua causa exclusiva, porque antes de pedir para deixar o cargo ele afastou-se por razões de saúde. Procurado pelo *Informativo Adusp*, o ex-diretor não quis explicar a razão pela qual renunciou. Ele disse desconhecer o teor da carta aberta: “Eu nem estou sabendo disso”.

A plenária de 19 e 22/9, que reuniu 71 pessoas (13 docentes, 29 funcionários técnico-administrativos, 29 discentes), reconheceu por unanimidade, segundo a carta aberta, “que esses fatos criaram uma crise de governança em nosso Instituto”; indicou que a solução “passa por ampliar a representatividade e a transparência da gestão do IB, em todas as instâncias”; e concluiu por ampla maioria (com quatro votos contrários e cinco abstenções) que “um pedido de renúncia ao cargo de diretor, emanando por V. Sa., seja um caminho adequado para que se possa procurar restabelecer relações ora abaladas em nosso Instituto”.

No período da greve, observa, “a comunidade do IB teve a oportunidade de promover discussões e outras iniciativas no sentido de colaborar, de maneira ativa, na solução da situação que se configurava como insustentável”, ou seja, mobilizou-se de forma proativa.

Lógica autoritária. No entanto, prossegue a carta aberta, “a contrapartida da sua direção [do Instituto] se deu no sentido oposto aos anseios dessa comunidade, replicando a lógica autoritária praticada pela Reitoria da USP durante a crise”. O documento pontua uma série de “fatos muitos graves”

que tiveram Falavigna como protagonista:

“1. O diretor quebrou um acordo prévio com os chefes de departamento e representantes de funcionários, delegando aos chefes imediatos a responsabilidade sobre o corte de ponto de funcionários em greve;

“2. O diretor tomou posição contrária às deliberações da reunião extraordinária da Congregação do Instituto, autoconvocada para discutir o corte de pontos, que por ampla maioria recomendou que tal corte não ocorresse”;

“3. O diretor não apresentou soluções concretas a anseios importantes da comunidade como a acessibilidade e a permanência estudantil”;

“4. A direção ignorou a solicitação de maior transparência na tomada de decisões orçamentárias”;

“5. Houve, em diferentes ocasiões, destempero emocional por parte do diretor interrompendo o diálogo com a comunidade do IB, incluindo episódio de violência física contra um funcionário”;

“6. Finalmente, o diretor cancelou reunião ordinária da Congregação sem qualquer justificativa e afastou-se da direção do Instituto em meio à crise então vigente”.

Adiamento. Nova plenária conjunta, realizada em 21/10 com participação de 74 pessoas (10 docentes, 40 funcionários, 24 estudantes), debateu o processo eleitoral no IB, assinalando questões como a necessidade de maior envolvimento da unidade no processo; o fato de a comunidade desconhecer quais dos “elegíveis” ao cargo de diretor — ape-

nas professores titulares e professores associados 3 — estão dispostos a candidatar-se, o que limita a transparência e o debate do processo; a necessidade de se questionar os candidatos a respeito de aspectos importantes da gestão do IB.

A plenária de 21/10 tomou as seguintes decisões: por ampla maioria, propor ao vice-diretor do IB, Wellington Delitti, que está presidindo o processo eleitoral, o adiamento das eleições por uma semana, “para aumentar o tempo para debate de propostas”; por unanimidade, 1) solicitar aos elegíveis dispostos a assumir a direção que se manifestem e apresentem propostas, 2) envio, aos elegíveis, de questões sobre a gestão do IB, 3) debate, com data indicativa de 3/11, 4) consulta eleitoral à comunidade em 4/11.

Perdemos a companheira Regina Célia

Faleceu no dia 18/10 a funcionária Regina Célia Leal Bezerra, que trabalhava na Prefeitura do *Campus* da USP de Ribeirão Preto. Militante sindical era muito estimada por seus companheiros de movimentos sociais e atuou intensamente na greve deste ano.

A morte de Regina foi chocante, por tratar-se de suicídio. Vítima de assédio moral iniciado nos anos 1980, quando trabalhava na Faculdade de Medicina (São Paulo) sob as ordens do professor Heitor Franco de Andrade, ela deu início a uma batalha judicial na qual se saiu vitoriosa em primeira e segunda instâncias, tendo sido a primeira funcionária da USP a vencer um processo desse tipo (<http://goo.gl/0Cejnm>). Os danos psíquicos, porém, foram imensos: ao que parece, ela jamais se recuperou do trauma, tendo tentado suicídio em duas outras ocasiões. No dia 16/10, pouco antes de completar 50 anos de idade, foi socorrida por colegas após consumir rivotril e arsênico.

A assessoria jurídica do Sintusp informou que o processo de assédio moral interposto por Regina contra a USP tramitou perante a 74ª Vara da Justiça do Trabalho de São Paulo (sob número 0167500-09.2008.5.02.0074)

e, após uma longa instrução processual, foi julgado procedente em 13/5/2011, e condenada a USP ao pagamento de uma indenização. Foram interpostos recursos pela USP e, também, pela própria Regina, julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) em 29/2/2012. O tribunal ratificou a prática do assédio moral, mantendo a condenação imposta à USP.

“Assédio”. “O assédio moral e seus efeitos, conforme as informações da inicial e comprovado nos autos, perpetuou-se durante praticamente duas décadas do contrato de trabalho, iniciando em 1986 e tendo seus efeitos lançados até 2007 [...], quando a autora, enfim, conseguiu que sua empregadora efetivasse a transferência para o *campus* Ribeirão Preto”, diz a desembargadora Beatriz de Lima Pereira, que assina o acórdão do TRT-2.

“A primeira testemunha indicada pela demandante, professora Judith Kardos Klotzel [...], que trabalhou com a demandante de 1981 a 1998 e desta foi superior hierárquica, confirmou a maneira ‘agressiva e ríspida’ com que o docente tratava a autora ‘por motivos banais’ [...].

“A segunda testemunha [...],

Rosely dos Santos Malafronte, que laborou com a demandante de 1981 a 1994 e de 2001 a 2002, também confirmou a rispidez como a autora era tratada pelo professor Heitor, inclusive sua colocação numa sala sem atribuições profissionais, asseverando, ainda, que, de fato, a autora foi acusada pelo professor Heitor de ter ‘dado sumiço no microscópio’, que foi posteriormente localizado noutro lugar do departamento”.

“Pelo que se vê”, concluiu a desembargadora, o docente em questão “tratava todos os seus subordinados constante e igualmente com grosseria e incivildade, sendo que, com relação à autora, o professor Heitor praticou injúria e resvalou na prática de calúnia, em manifesta atitude de contínua e extensiva perseguição que acarretou inequivocamente danos relevantes às condições físicas, psíquicas e morais da vítima, conforme palavras de Márcia Novaes Guedes, em sua obra *Terror Psicológico no Trabalho*”.

Um recurso (agravo) impetrado pela USP foi distribuído no TST em 11/11/2013 e encontra-se concluso com a relatora, ministra Delaíde Miranda Arantes, para decisão.

GT dos Trabalhadores sugere à CNV revisão da Lei da Anistia e desmilitarização da PM

O Grupo de Trabalho dos Trabalhadores, um dos GTs assessores da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgou em 17/10 sua “Proposta de Recomendações”, que envolve 43 pontos relacionados a cinco eixos: crimes contra a Humanidade; legislação autoritária, antidemocrática e antisindical; segurança pública, organização policial e Forças Armadas; recursos para política de arquivo e memória; direitos sociais, trabalhistas e sindicais.

Entre as principais propostas estão “a supressão do disposto no §1º do artigo 1º da Lei 6.683/79”, que de acordo com a interpretação até agora vigente no Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu anistia aos agentes públicos responsáveis por torturas, assassinatos e outros crimes praticados durante a Ditadura Militar; a punição desses agentes; a investigação e punição de “empresários, bem como [de] empresas privadas e estatais, que participaram material, financeira e ideologicamente para

a estruturação e consolidação do golpe e do regime militar”; a revogação da Lei de Segurança Nacional; envio de projeto de lei ao Congresso Nacional para desmilitarizar as Polícias Militares, com revogação do Decreto-Lei 667 de 1969 que as definiu como “forças auxiliares, reserva do Exército”.

A “Proposta de Recomendações” do GT dos Trabalhadores inclui ainda que sejam ampliados e intensificados “os esforços para localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos”, garantidas “políticas públicas para eliminar a prática de tortura e de todas as formas de tratamentos cruéis e degradantes”, e criado um “organismo permanente, com representação dos trabalhadores/as e da sociedade civil, de maneira geral, objetivando dar continuidade à pesquisa e apuração das denúncias de graves violações dos direitos humanos” (uma vez que a CNV se extingue em fins de 2014).

Até 10 de dezembro de 2014 a CNV deverá apresentar seu Relató-

rio Final, o qual conterà, além do resultado das investigações realizadas pela comissão, um capítulo dedicado a recomendações ao Estado e à sociedade brasileira, do qual devem constar propostas de “mudanças de legislação, regulamentos e instituições com o intuito de fortalecer o regime democrático e evitar a repetição de graves violações de direitos humanos”. O documento apresentado pelo GT dos Trabalhadores propõe-se a oferecer subsídios ao capítulo das recomendações.

O GT dos Trabalhadores é composto por dez centrais sindicais: CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical I (Central da Classe Trabalhadora), Intersindical II, Nova Central e UGT.

Massacres. O documento do GT pede que seja promovida “rigorosa apuração dos casos de massacres de trabalhadores e trabalhadoras durante o regime militar e que ainda carecem de profundas e cabais investigações, como, por ex-

emplo, Serra Pelada (PA), Volta Redonda (RJ), Ipatinga (MG), Morro Velho (MG), bombardeio do povoado de Sampaio (TO)”.

Sugere um “levantamento, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, de todas as entidades sindicais que sofreram intervenção no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade, sendo que o Estado deve enviar oficialmente um pedido de desculpas, abrindo a possibilidade de serem indenizadas pela destruição de seus bens”.

O documento exorta a CNV a recomendar que “agências de informações públicas e privadas, bem como órgãos das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Militar e das empresas de vigilância privada”, sejam impedidas de exercer “qualquer tipo de monitoramento e acompanhamento das ações do movimento sindical de trabalhadores e dos movimentos sociais”. A íntegra do documento está disponível em <http://goo.gl/ceBGCN>.

Teto salarial mais baixo reduz hora-extra de médicos do HU, afetando plantões e atendimento à população

A decisão da Reitoria de definir como teto salarial de funcionários técnico-administrativos e docentes a remuneração do governador, conforme a Constituição Estadual, afetou o atendimento e o ensino no Hospital Universitário (HU). Se antes da decisão a USP adotava como teto o salário de um procurador, de R\$ 28 mil, agora o teto passou a ser de R\$ 20,6 mil. Por causa do déficit de funcionários do HU, muitos deles faziam horas-extra para cobrir os plantões. Em razão do novo teto salarial muitas dessas horas-extra não poderão ser pagas, o que está obrigando o hospital a readequar seu atendimento.

“Até agora estamos conseguindo cobrir as escalas, mas é necessário fazer novas contratações”, explica Ana Lúcia Sasaki, médica do HU. “Tem muitos funcionários antigos e havia três tetos diferentes na USP”, comenta ela, que acredita que a situação ainda está muito confusa para todos, principalmente porque não se sabe quando as novas contratações serão feitas, tendo em vista as difi-

culdades financeiras enfrentadas pela universidade.

Lúcia Mendes, também médica do HU, conta que a medida foi implementada no início de setembro, mas os médicos só foram avisados na segunda quinzena do mês. “A medida é retroativa e muita gente estava fazendo hora-extra ainda sem saber que não podia mais”, relata. “Com a redução dos plantonistas, não só o atendimento ao público será afetado, mas o ensino também, porque não tem equipe médica suficiente”.

José Pinhata, diretor médico do HU, explica que desde 1990 o trabalho no hospital foi estruturado de forma a que o reduzido corpo clínico fosse responsável por cobrir todas as emergências, consultas e outros acompanhamentos médicos, resultando em uma elevada carga horária para os profissionais que, além das jornadas de 24 horas, vinham arcando com um ou dois plantões por semana.

“A necessidade de cobrir tantos plantões acabou fazendo com que muitos salários ultrapassas-

sem o teto salarial de R\$ 20,6 mil”, comenta Pinhata, “na verdade, os plantões cobrem a não contratação de novos médicos”. Ele confirma que muitos médicos deixaram de fazer plantões para que seus salários não ultrapassem o teto, mas informa que apenas em novembro será possível ter a noção exata do que foi afetado pela medida. “Mas é óbvio que com menos médicos fazendo plantão, o atendimento e o ensino serão afetados”, acrescenta.

Novo superintendente.

Em meio à greve da USP, que se estendeu por quase quatro meses, a professora Sandra Grisi, então superintendente do HU, colocou seu cargo à disposição devido aos atritos com os funcionários e médicos, porque ela se alinhava às posições políticas do reitor M.A. Zago.

Sandra foi substituída pelo professor Waldyr Antonio Jorge, que tornou-se um dos mais polivalentes gestores da universidade, pois acumula também os cargos de superintendente de Assistên-

cia Social (ex-Coseas) e de diretor da Faculdade de Odontologia.

Procurado pela reportagem para comentar a situação do HU, Waldyr Jorge informou que não poderia atender ao *Informativo Adusp* em 24/10 (data de fechamento desta edição), mas se dispôs a responder, já na próxima semana, aos nossos questionamentos. Também procurada para esclarecer sua saída, Sandra Grisi, que se encontra em licença-prêmio, não foi localizada.

Plebiscito no HRAC.

A desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, ou Centrinho), proposta da Reitoria irregularmente aprovada pelo Conselho Universitário em 26/8, foi massivamente rejeitada em plebiscito realizado no campus da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) nos dias 6, 7 e 8/10. Dos 1804 votantes, 1.795 manifestaram-se contra a desvinculação. Participaram do plebiscito 508 populares, 765 funcionários, 198 estudantes e 333 pacientes.